

**MULHERES DA
INTERSINDICAL**
Central da Classe Trabalhadora
Ano 2 | Número 2 | Novembro de 2017

ESSAS MULHERES



**Revista do Coletivo de Mulheres da
Intersindical - Central da Classe Trabalhadora**



MULHERES DA
INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

Combativa, coerente e autônoma

INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora





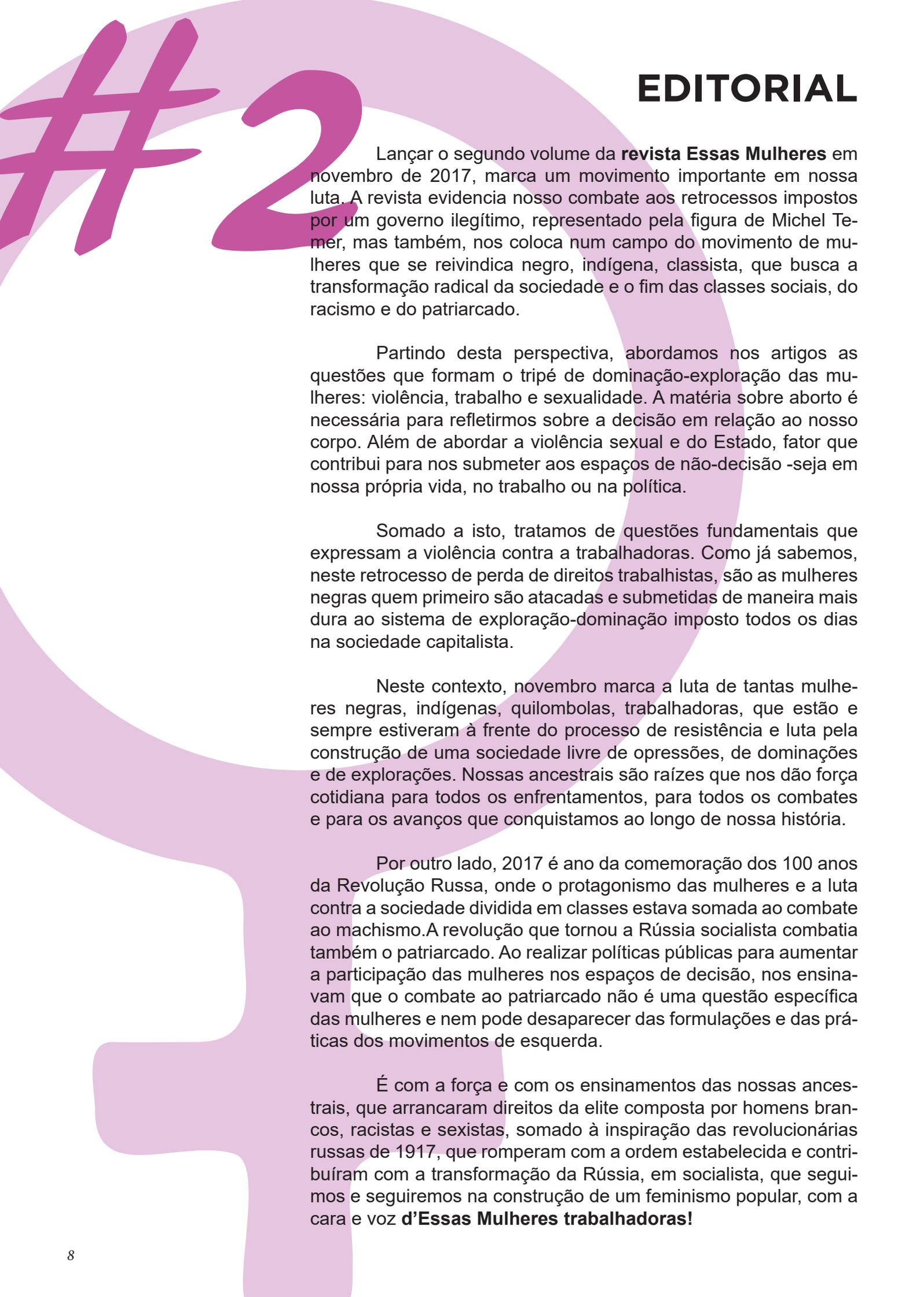


MULHERES DA
INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

ÍNDICE

- 8 EDITORIAL
- 9 ABORTO E A PEC 181
- 10 ENTENDENDO UM POUCO MAIS: ATAQUE À APOSENTADORIA
- 12 INFOGRÁFICO - A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A CRESCENTE DESIGUALDADE
- 14 FEMINISTAS NA LUTA DE CLASSE CONSTRUINDO O RESPEITO E A IGUALDADE
Mônica Brito Soares
- 16 AS MULHERES NA REVOLUÇÃO RUSSA
- 18 A MULHER ENCARCERADA NO BRASIL: GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOB A MIRA DE FUZIS
Débora Medeiros
- 19 O COTIDIANO DE UMA MULHER NO SISTEMA PRISIONAL
Lamira Oliveira da Silva
- 20 NEGRAS NO PODER
Áurea Carolina
- 22 MULHERES NA AMÉRICA LATINA: ALGUNS APONTAMENTOS...
Viviana Abud
- 25 O ATAQUE ÀS LEIS TRABALHISTAS É UM ATAQUE ÀS MULHERES!
- 27 NÃO DÁ PARA AGUENTAR TANTO RETROCESSO
Amelinha Teles
- 29 PODER X MULHER
Mari Lucia Zonta

Esta é uma publicação do Coletivo de Mulheres da Intersindical Central da Classe Trabalhadora
www.intersindicalcentral.com.br | facebook.com/intersindical.central | e-mail: contato@intersindicalcentral.com.br
Sede Nacional: Rua Riachuelo, 122 - Praça da Sé | CEP: 01007-000 | São Paulo/SP | Fone: +55 11 3105-5510
Fotos da capa, página dupla e diagramação da revista: Alexandre Maciel | Coordenação: Vanessa Gravino



Lançar o segundo volume da **revista Essas Mulheres** em novembro de 2017, marca um movimento importante em nossa luta. A revista evidencia nosso combate aos retrocessos impostos por um governo ilegítimo, representado pela figura de Michel Temer, mas também, nos coloca num campo do movimento de mulheres que se reivindica negro, indígena, classista, que busca a transformação radical da sociedade e o fim das classes sociais, do racismo e do patriarcado.

Partindo desta perspectiva, abordamos nos artigos as questões que formam o tripé de dominação-exploração das mulheres: violência, trabalho e sexualidade. A matéria sobre aborto é necessária para refletirmos sobre a decisão em relação ao nosso corpo. Além de abordar a violência sexual e do Estado, fator que contribui para nos submeter aos espaços de não-decisão -seja em nossa própria vida, no trabalho ou na política.

Somado a isto, tratamos de questões fundamentais que expressam a violência contra a trabalhadoras. Como já sabemos, neste retrocesso de perda de direitos trabalhistas, são as mulheres negras quem primeiro são atacadas e submetidas de maneira mais dura ao sistema de exploração-dominação imposto todos os dias na sociedade capitalista.

Neste contexto, novembro marca a luta de tantas mulheres negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras, que estão e sempre estiveram à frente do processo de resistência e luta pela construção de uma sociedade livre de opressões, de dominações e de explorações. Nossas ancestrais são raízes que nos dão força cotidiana para todos os enfrentamentos, para todos os combates e para os avanços que conquistamos ao longo de nossa história.

Por outro lado, 2017 é ano da comemoração dos 100 anos da Revolução Russa, onde o protagonismo das mulheres e a luta contra a sociedade dividida em classes estava somada ao combate ao machismo. A revolução que tornou a Rússia socialista combatia também o patriarcado. Ao realizar políticas públicas para aumentar a participação das mulheres nos espaços de decisão, nos ensinavam que o combate ao patriarcado não é uma questão específica das mulheres e nem pode desaparecer das formulações e das práticas dos movimentos de esquerda.

É com a força e com os ensinamentos das nossas ancestrais, que arrancaram direitos da elite composta por homens brancos, racistas e sexistas, somado à inspiração das revolucionárias russas de 1917, que romperam com a ordem estabelecida e contribuíram com a transformação da Rússia, em socialista, que seguimos e seguiremos na construção de um feminismo popular, com a cara e voz **d'Essas Mulheres trabalhadoras!**

ABORTO e a PEC 181

Na segunda metade de 2016, o Superior Tribunal Federal (STF) firmou o entendimento de que a prática de aborto até o terceiro mês da gestação não é crime. Este entendimento, contudo, não representou a descriminalização do aborto no Brasil, mas uma orientação do STF. Esta decisão levantou novamente o debate referente à descriminalização do aborto. Entretanto, as tentativas de ataque sobre a questão do aborto no Brasil não param. O PL 5069, de autoria do ex deputado Eduardo Cunha (PMDB) e, agora, a PEC 181, são tentativas de retrocesso na legislação sobre o aborto em caso de estupro, anencefalia e risco para a vida da mãe. A PEC é uma violência à vida das mulheres e evidencia a estrutura patriarcal e sexista do Brasil.

Nós, mulheres da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, nos posicionamos a favor da descriminalização e legalização do aborto a partir de duas compreensões: primeiro, entendemos que a legalização do aborto é uma questão de saúde pública. No Brasil, a quinta maior causa de morte materna é em decorrência de complicações no processo de abortamento. Além disso, as maiores afetadas pela criminalização e pela morte decorrente da prática do aborto são as mulheres pobres e negras, que não tem condições financeiras para a realização de aborto em condições seguras e acabam recorrendo a métodos inseguros, expondo essas mulheres às mais diversas formas de violência física e psicológica. Por isso, defendemos que todas as mulheres que fizerem a escolha de interrupção da gravidez tenham condições de fazer isso de forma segura, legal e gratuita, além de ter acesso a

serviços como assistência social e psicológica.

A segunda compreensão é a de que as mulheres devem ter direito ao próprio corpo. É direito das mulheres decidir o que fazer com seu próprio corpo, sem a interferência do Estado. Negar nosso direito de escolha, é mais uma forma de controle dos nossos corpos e da nossa sexualidade, de querer impor a nós um padrão de comportamento social, além de reforçar a ideia de que a prevenção é responsabilidade somente da mulher.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto¹, feita pela UnB, o perfil das mulheres que abortam no Brasil é bem diferente do que o senso comum indica. Segundo essa pesquisa, das mulheres que abortam, 84% tem entre 25 a 34 anos, 88% tem uma religião e 81% tem filhos. A pesquisa mostra que mulheres que abortam no Brasil são mães, religiosas, mulheres comuns. A mulher que aborta no Brasil pode ser aquela amiga, namorada, colega de trabalho, ou seja, a mulher que está ao nosso lado, todos os dias.

Portanto, entendemos que a legalização do aborto é uma das formas de reivindicar que todas as mulheres vivam em plenitude, com direito a levar adiante suas escolhas sem sofrer nenhum tipo de violência, sem risco de prisão ou de morrer em procedimentos clandestinos.

**É pela vida das mulheres,
nenhuma a menos!**





ENTENDENDO UM POUCO MAIS: ATAQUE À APOSENTADORIA

Perderemos muito com o ataque à aposentadoria que o governo ilegítimo de Temer e seus aliados chamam de “Reforma da Previdência”! Entenda um pouco mais do impacto deste ataque para as mulheres:

1. É muito importante sabermos que aposentadoria é, juntamente com saúde e assistência social, parte do que a Constituição de 1988 chama de Seguridade. Portanto, esqueçamos a ideia de que a aposentadoria das trabalhadoras e trabalhadores gera déficit para a economia brasileira. É nosso direito!

Acontece que o atual governo, já que deu um golpe de Estado para chegar à presidência, agora quer continuar dando golpes e ataca nossos direitos: a aposentadoria, com a reforma da Previdência; a saúde, a educação e a assistência social com a chamada PEC dos gastos públicos que congela os recursos destinados a essas áreas por 20 anos. É isso! Estão desmontando a Constituição brasileira em favor dos ricos, pois estes só estão ganhando.

2. Aumentar a idade para se aposentar e igualar o tempo de aposentadoria de mulheres e homens é ignora a luta das mulheres.

A diferença de idade entre mulheres e homens ocorre por diversos motivos, entre eles: as

mulheres mais pobres – especialmente mulheres negras – têm registro em carteira não quando começam a trabalhar (normalmente muito jovens), mas com a idade já avançada – quando conseguem o registro. Nós, mulheres, estamos nos trabalhos mais precarizados e, além disso, somos as responsáveis pelo trabalho invisível e não remunerado, como o cuidado de familiares e o trabalho doméstico. Portanto, não somos privilegiadas! Nem aceitaremos o discurso que vivemos mais e por isso temos que nos aposentar mais tarde! As mulheres trabalham mais ao longo da vida. Em uma semana de trabalho normal, uma mulher urbana trabalha cerca de 7 horas semanais a mais que o homem, e uma trabalhadora rural, em média, 10 horas a mais.

3. A “reforma”, na proposta atual, também exigirá idade mínima de 62 anos para mulheres e tempo de contribuição mínimo de 25 anos. Cumpridos esses requisitos, o valor da aposentadoria será de 70% da média dos salários recebidos a partir de julho de 1994. Para obter 100%, será necessário 15 anos a mais, ou seja, 40 anos de contribuição.

Ainda mais grave é a condição das mulheres negras, que pouco conseguiram desfrutar de alguns avanços das leis trabalhistas, pois estão em trabalhos informais e no trabalho doméstico (muitas

vezes sem registro – até 2014, 70% das domésticas não tinham registro em carteira). Trabalhando uma vida inteira em funções pesadas e desvalorizadas, a maioria delas conseguirá atingir o tempo de mínimo de 25 anos de contribuição com idade ainda mais avançada;

4. As trabalhadoras rurais que tem vida árdua e pesada no campo, além das múltiplas jornadas de trabalho, terão a aposentadoria especial retirada com a modificação das regras de contribuição (que passa a ser individual e calculada sobre o valor do salário mínimo). Mais um ataque que iguala todas as aposentadorias, como se todos os trabalhos fossem iguais e desgastassem da mesma forma. Na regra atual, trabalhadoras(es) rurais tem aposentadoria garantida com 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, mesmo que não tenham o tempo de contribuição. Por motivos óbvios. É muito comum o trabalho no campo começar quando trabalhadoras(es) ainda são crianças e, muitas vezes, passam a vida sem carteira assinada.

5. Outro setor que será muito atingido com este ataque é a educação, composta 80% por mulheres, que passam a ter idade mínima para aposentadoria (60 anos). A aposentadoria especial para professoras(es) ocorre pelo desgaste físico e psicológico, especialmente diante do desmonte da educação pública no Brasil. Imagine como será o desgaste de professoras que são mães, tem a profissão com nível universitário, com salários mais baixos, com um processo de superlotação das salas de aula e com aposentadoria somente aos 60 anos.

Precisamos combater todos os dias os ataques à aposentadoria! Desde 8 de março de 2016, quando fizemos a primeira grande mobilização nacional, tendo como tema central a luta contra o fim da aposentadoria, nos fortalecemos e incorporamos novas pautas que atacam direitos conquistados por nossas ancestrais.

Paramos e pararemos quantas vezes for preciso, pois não aceitaremos o desmonte de nossos direitos. Lutaremos!

Se nossa vida não vale, produzam sem nós!

RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DO GOVERNO

IDADE MÍNIMA

Como é: é possível se aposentar sem idade mínima, com tempo mínimo de 15 anos de contribuição.

Como fica: 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com 25 anos de contribuição.

BENEFÍCIO INTEGRAL

Como é: a soma da idade com o tempo de contribuição deve totalizar 85 (mulher) e 95 (homem), com tempo mínimo de contribuição de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem).

Como fica: 40 anos de contribuição para poder receber 100%. 25 anos de contribuição para receber 70% do valor dos salários recebidos a partir de julho de 1994 - acrescidos de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, 2% para o que passar de 30 anos e 2,5% para o que superar 35 anos.

REGRA DE TRANSIÇÃO

Como fica: idade mínima começa com 53 anos para mulheres e 55 anos para homens, e será aumentada em um ano a cada dois anos. Haverá também um pedágio de 30% para o tempo de contribuição que faltar para atingir 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).

APOSENTADORIA RURAL

Como é: o trabalhador rural se aposenta com 55 anos (mulheres) e 60 (homens) e precisa comprovar 15 anos de

trabalho rural. O produtor contribui com um percentual sobre a receita bruta da produção.

Como fica: idade mínima de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens, com mínimo de 15 anos de contribuição individual sobre o salário mínimo.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA(BPC)

Como é: vinculada ao salário mínimo, com idade mínima de 65 anos para pessoas de baixa renda.

Como fica: vinculada do salário mínimo, com idade mínima começando em 65 anos, subindo gradativamente até atingir 68 anos em 2020.

PENSÕES

Como é: permitido o acúmulo de pensão com aposentadoria

Como fica: é vinculada ao salário mínimo, com possibilidade de acumular aposentadoria e pensão, com o limite de até dois salários mínimos.

PROFESSORES

Como é: professores da rede pública, 55 anos de idade, com 30 anos de contribuição para o homem e 50 anos de idade com 25 anos de contribuição para a mulher. Professores da rede privada, apenas tempo de contribuição (30 anos homem e 25 anos mulher), sem idade mínima.

Como fica: idade mínima 60 anos com 25 anos de contribuição.

a Reforma da Previdência e a crescente desigualdade

Revestida de falsa equidade a PEC-287 promove elitização

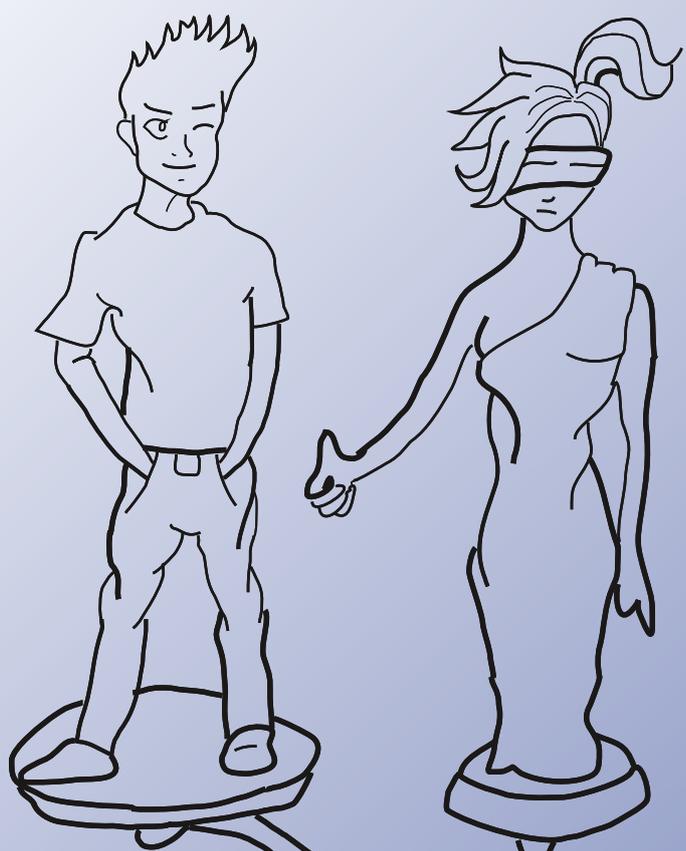


A desigualdade entre homens e mulheres no Brasil permite eliminar as diferenças na aposentadoria?



Condições de trabalho:





CRESCENTE DESIGUALDADE

Sem equiparar as condições sociais e econômicas entre homens e mulheres, não poderá haver a equiparação da idade para aposentar, pois haverá intensificação da desigualdade no mercado de trabalho, aumentando ainda mais a injustiça para com as mulheres: Com a PEC 287 47% das mulheres não conseguirão se aposentar, especialmente as mais precarizadas.⁶

Menos tempo disponível no mercado formal³

10h
homem

Trabalho Doméstico Semanal³

25h
mulher

29h
mulher rural

Apenas 20,3% das crianças até 3 anos tem vagas em creches²



Fonte - 1 : IPEA 5 : IPGE

2 : INSS 6 : DIEESE Colaboração - Desenho : Vlamir Gonçalves

3 : PNAD

4 : Grant Thornton

Edição : Vine Esteves e Mariana Pietra de Godoy



Foto: Alexandre Maciel

FEMINISTAS NA LUTA DE CLASSE CONSTRUINDO O RESPEITO E A IGUALDADE



Mônica Brito Soares
 Direção Nacional da
 Intersindical e Secre-
 taria de Formação de
 Gênero e Sexualidade
 do SINTEPP

Movimentos de mulheres protagonizados por feministas, historicamente, em diversos lugares do mundo obtiveram avanços significativos nas questões de livre expressão, direito ao voto universal, visibilidade, propriedade, educação e trabalho. E perdura a resistência de suas bandeiras de lutas, por direitos e equidade, no que diz respeito à condição de pessoa humana, de mulheres classistas, educadoras, negras, ameríndias, com necessidades especiais, rurais, trabalhadoras domésticas, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros, das várias gerações e com outras especificidades que radicalizam contra as heranças de uma com criminalização institucionalizada fruto da cultura patriarcal, machista, racista

e imperialista do capital, mas que não se calam diante das imposições desses paradigmas conservadores.

Mas percebe-se que os entraves que dificultam a superação das desigualdades de gênero não serão alteradas somente pelas mulheres. É preciso empatia das práticas políticas e sociais, para que se desfaça essa contrariedade ao acesso de políticas de inclusão.

Existem dados que corroboram a permanência de uma agenda das organizações de movimentos de mulheres na disputa da erradicação das violências contra a mulher e pela ampliação dos direitos políticos, civis e sociais.

Em 2015 a Confederação Nacional dos (as) Trabalhadores (as) em Educação (CNTE) divulgou publicação da Internacional da Educação (IE) que trazia pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), de 2012, com índices que continuavam palpitantes: das (os) 550 mi de trabalhadoras (es) que sobreviviam com menos de \$1 por dia, 60% eram mulheres; as taxas de desemprego das mulheres eram superiores às dos homens; e 1/3 das mulheres atuavam no mercado informal. Em países, principalmente da América Latina, empresas continuavam desrespeitando a isonomia de gênero, ao aplicar diferenças salariais entre homens e mulheres que atuavam na mesma função e exerciam a mesma jornada de trabalho; as mulheres ganhavam entre 20% e 30% a menos que os homens. Por fim, a participação das mulheres em espaços legislativos e ministeriais se reduzia a menos de 15%.

Esses dados nos remetem que a suplantação desses desequilíbrios não se resumem a igualar numericamente homens e mulheres. Para serem resolvidos é pertinente um compromisso explícito desses sujeitos sociopolíticos.

Nessa mudança de concepções e responsabilidades de assumir novos métodos, a importância da implementação de uma política voltada a promover a participação das mulheres em todos os níveis, procedendo-se uma educação pública, gratuita, laica e universal.

As resoluções do I Congresso Mundial da IE de 1995 denotaram a vertente da educação que criticou a perpetuação dos estereótipos culturais e comportamentos sexistas. Diante dessa constatação, a IE já chamava atenção para a necessidade de

organizações de docentes atuarem em sistemas educacionais, organizações de trabalhadoras em educação, e com a sociedade.

Com irrefutável empenho o feminismo avança na luta pela valorização profissional e respeito ao ser humano. Ainda que no contexto de conjuntura de crise econômica imposta à classe trabalhadora, as mulheres sejam brutalmente atingidas em seus direitos, conquistados com a ousadia da luta classista.

Exemplo da marginalização são as arbitrariedades das ameaças e retiradas de direitos trabalhistas; a criminalização dos movimentos sociais que têm em sua práxis a organização de categorias combativas.

Sobre a participação das mulheres em espaços sindicais, a mesma revista publicada pela IE e CNTE assinalava que as mulheres trabalhadoras constituíam maioria nas filiações em grande parte das regiões brasileiras. E continuavam com menor representatividade nas direções dos sindicatos. A média de mulheres filiadas era de 59%, sendo 24% cumprindo funções de presidência ou coordenação e 34% à frente das secretarias gerais.

Para a superação dessa desigualdade os sindicatos vêm efetivando medidas para a garantia da paridade de gênero. No contexto da educação, que tem sua base majoritariamente feminina, a igualdade de condições na disputa política é fator emergente.

De modo algum será parcamente desmantelado que o feminismo ao longo da história elevou para dentro e fora dos espaços públicos e privados apostes incomensuráveis com sua laboração, uma vez que são feitos memoráveis. Acima de tudo são mulheres que quebraram o silêncio e edificam a luta por igualdade.

AS MULHERES NA

A Revolução Russa foi e é uma referência para os movimentos de esquerda. Muito já foi estudado, tratado, narrado, sobre o processo revolucionário e sobre a formação da (ex) União Soviética. No entanto, o debate sobre as mulheres daquele período é pouco apropriado pela esquerda, ainda que tenha sido um tema de longos debates e centralidade para as/os revolucionárias/os de Outubro de 1917. Isso não é sinônimo de que a sociedade patriarcal foi extinta com a Revolução, mas que esta última trouxe, por exemplo, uma das legislações mais progressistas para as mulheres no que se refere ao matrimônio e à família.

Assim, este volume da Revista Essas Mulheres, traz algumas informações sobre o tema. Sabemos que com informações breves não será possível tratar de cada questão com a profundidade e com o leque de conflitos que vivenciavam. Entretanto, será um começo de conversa para futuros debates e, quem sabe até, futuros estudos!

Em outubro de 1918, um ano após a Revolução que levou as/os Bolcheviques ao poder, o Comitê Executivo Central do Soviete (principal órgão legislativo do período), ratificou um código completo de casamento, família e tutela, era um processo revolucionário dentro da revolução, baseado na igualdade das mulheres em relação aos homens e na preocupação em libertá-las das prisões familiares e inseri-las nos espaços de participação e protagonismo político. Uma parcela considerável das/os Bolcheviques compreendia que o fim do patriarcado não era algo automático que ocorreria após a revolução, mas que haveria um longo caminho que precisaria ser construído, que dependeria de políticas públicas e de muito tempo de debate, formulações e planejamento.

União livre e fim da família tradicional – com o objetivo de liberar as mulheres do controle e violência masculina. Tirava a mulher do espaço de propriedade do homem;

- Emancipação das mulheres – trabalho assalariado para que as mulheres tivessem independência econômica. Situações em que mulheres trabalhavam, mas não tinham controle sobre seu dinheiro eram comuns;

- Socialização do trabalho doméstico – muitas/os dirigentes bolcheviques enxergavam no trabalho doméstico uma prisão para as mulheres e um dos fatores que mais as afastavam dos espaços de decisão política. Assim, responsabilizar o Estado era fundamental.

Para Alexandra Kollontai, uma das revolucionárias soviéticas, a família tradicional desempenhava uma função indispensável para a dominação das mulheres. O trabalho doméstico tratado como “particular” e não como questão pública mantinha as mulheres no espaço privado e longe da vida pública, daí a importância de libertá-las e de tornar este debate central no cotidiano bolchevique.

REVOLUÇÃO RUSSA



As/os bolcheviques sabiam que apenas a legislação não libertaria as mulheres do espaço de dominação-exploração. Mas que era um passo para que as mulheres saíssem deste lugar. Assim, o primeiro Código de casamento, da família e da tutela substituiu o casamento religioso pelo civil e estabeleceu o divórcio pedido por qualquer cônjuge. O Código acabava com séculos de domínio da Igreja e, ainda, ampliava os direitos individuais das mulheres.

O Código de casamento, da família e da tutela, foi pensado como uma legislação do período de transição. O casamento não garantia mais o direito de propriedade partilhada entre cônjuges, mas preservava à mulher controle sobre sua renda e nenhum cônjuge poderia reclamar a propriedade da/o outra/o. Ambas as partes, casadas ou divorciadas, deveriam sustentar a si mesmas.

No debate sobre o Código de casamento, da família e da tutela, havia quem enxergava a medida como retrocesso, pois entendiam que no socialismo o casamento deveria ser abolido e as medidas distanciavam a população de um elemento fundamental para socialistas: a liberdade individual e das relações. Entretanto, aquelas/es que defendiam o Código viam necessidades imediatas: colocar as relações familiares no patamar da liberdade, independência, igualdade de gênero. Além de desvincular a Igreja e o Estado. Por isso, foi pensada como legislação de transição.



As/os bolcheviques pensavam soluções práticas para a questão das mulheres. Junto da legislação sobre casamento, ocorreu a criação de lavanderias, cozinhas e creches públicas. Mas, a centralidade do Estado criava uma tensão entre a realidade individual e a coletividade - muitas vezes representada pela força do Estado. Entretanto, não há dúvidas que a legislação para mulheres criada nos primeiros anos após a Revolução Russa foi a mais avançada do período.



A MULHER ENCARCERADA NO BRASIL: GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOB A MIRA DE FUZIS



*Débora Medeiros
é médica, membro
da Intersindical e
coordenadora do
projeto “A São Paulo
que Queremos”*

Debater o galopante encarceramento feminino no Brasil não é, em 2017, uma escolha. É, isso sim, uma imposição do tempo histórico a todo o campo progressista. Num contexto de crise econômica, aumento do desemprego e esvaziamento completo do papel social do Estado, é necessário – e é urgente – que sejam esclarecidas à classe trabalhadora as estratégias utilizadas pelo Estado, neste novo ciclo político, para lidar com as contradições sociais. É preciso falar sobre a consolidação de um Estado penal no Brasil, e sobre mecanismos de opressão e coerção de que este Estado lança mão.

Falar sobre as mulheres encarceradas no Brasil é, necessariamente, falar sobre aspectos que ultrapassam a dimensão de uma política específica. É falar sobre aspectos estratégicos da política externa e da segurança pública nacional, consolidados especialmente na política nacional de drogas, ainda extremamente influenciada pela “Guerra às Drogas”, um modelo repressivo e punitivista fabricado pelos Estados Unidos na década de 1970.

Se o encarceramento feminino cresceu em média 10,7% ao ano entre 2005 e 2014, é preciso ressaltar que este crescimento ocorreu marcadamente às custas de condenações por crimes de drogas. Tráfico de drogas e associação para o tráfico são responsáveis, hoje, por 64% das penas das mulheres presas, enquanto a participação deste crime é bem menor (28%) quando se considera o total de pessoas presas¹.

Dar lugar à mulher encarcerada na agenda política progressista é, também, um chamado à compreensão da interseccionalidade entre gênero, raça e classe na produção da subordinação social. Mesmo

um olhar rápido para a população carcerária feminina permite a compreensão da vulnerabilidade da mulher encarcerada no Brasil: jovem (metade tem até 29 anos), solteira (57%), negra (67%), com escolaridade extremamente baixa (50% não concluiu o ensino fundamental)¹.

Ainda, conforme resalta Luciana Boiteux, as detentas são, em geral, chefes de família e responsáveis pelo sustento dos filhos, sendo que 80% delas são mães. Assim, é justamente por representar o perfil mais vulnerável à opressão social no Brasil, que apesar de condenadas por crimes sem violência, essas mulheres são mais facilmente selecionadas pelo sistema penal².

É deste modo que, diante da opção política de um governo ilegítimo pela ampliação do Estado penal (como contraparte necessária de um Estado social mínimo), o campo político progressista precisará gestar um feminismo ampliado.

Uma agenda feminista antineoliberal, de combate ao racismo, à ideologia jurídica e ao punitivismo penal, em especial ao proibicionismo na política nacional de drogas, é a única que pode dar conta das contradições de nosso tempo histórico, nessa caminhada para o 8 de março de 2017.

¹ Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), junho/2014 e dezembro/2014.

² BOITEUX, Luciana; Encarceramento Feminino e Seletividade Penal; disponível em: <http://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>

O COTIDIANO DE UMA MULHER NO SISTEMA PRISIONAL



*Lamira Oliveira da Silva
é professora no Sistema
Prisional Feminino,
professora de biologia e
especialista em direito
aplicado à Educação.*

Nada é fácil, mas é possível pensar em mudanças.

Tanto sofrimento e humilhação que passam dentro do sistema carcerário, mulheres que um dia ousaram viver à margem da sociedade. Para sustentar suas famílias, ou para não perderem seus companheiros ou por ser parte das estatísticas referentes aos problemas sociais que assolam nosso país.

São mulheres que ao se deparar com o cárcere, encontram um mundo paralelo, lugar o em que os limites da sanidade humana são testados. Dificuldades diárias como alimentação precária, tratamento de saúde quase inexistente, trabalho análogo ao escravo, praticamente não remunerado.

Nenhuma atenção do Estado em relação a melhorias na alimentação. Não recebem frutas, verduras ou legumes, carne somente processada. Cuidados básicos que melhorariam as condições de saúde destas mulheres minimizando os custos com tratamento médico e transporte para unidades de saúde, que são frequentes devido à baixa imunidade que as acometem principalmente pela falta de nutrientes fundamentais para a manutenção da saúde.

Elas buscam o estudo nas unidades, porém não recebem recursos

para prosseguir. Falta material didático, faltam professoras/es, falta incentivo dentro do sistema e sobra opressão por parte do Estado que não possibilita que a ressocialização aconteça. Manter as detentas inscientes é um mecanismo que as distancia das reivindicações de seus direitos e as impede de ter outras perspectivas de vida.

Grande parte das unidades prisionais femininas não desenvolvem projetos de cidadania, não oferecem oficinas de artesanato nem cursos profissionalizantes. Geralmente, são empresas interessadas em mão de obra barata e na possibilidade de descumprir as leis trabalhistas que se infiltram no sistema carcerário.

Devido à falta de oportunidade, estas mulheres cumprem suas penas e quando se deparam com o mundo externo, sem perspectivas, voltam a cometer delitos e conviver com a privação da liberdade.

O desejo de uma reeducanda que passa pelo sistema carcerário é pagar pelo seu erro, reerguer sua autoestima e avistar a transformação de vida, um futuro melhor como pessoas melhores.

Estas mulheres foram julgadas não só pelo crime que cometeram, mas também pelo papel que lhes foram socialmente atribuídos.



Foto: Vanessa Gravino

NEGRAS NO PODER



Áurea Carolina é cientista política, educadora popular e ativista de movimentos feministas, negros, juvenis e da cidade. Vereadora em BH pelo PSOL.

NzingaBandi, em 1623, foi a primeira mulher a ascender ao trono do reino do Ndongo e Matamba. Rainha Nzinga, guerreira, diplomata e exímia estrategista, reinou soberana por quase 40 anos conjugando parcerias militares, concessões calculadas e demonstrações de poder, tornando-se o grande símbolo da resistência africana contra a dominação portuguesa. Depois dela, o Ndongo e Matamba teve várias rainhas e foi governado ao longo de 80 anos por mulheres.

Nós, mulheres negras brasilei-

ras, ligadas pela linha ancestral a Nzinga, Dandara, Aqualtune, estamos chegando, viemos tombar (salve Cidinha da Silva!). Com nosso corpo político, gritamos em brado-exigência: representatividade importa! Isso porque o racismo, o patriarcado e o capitalismo produzem no Brasil a exclusão sistemática de mulheres negras, que são ainda mais sub-representadas do que as mulheres brancas ou os homens-negros.

Nós não estamos no poder, na mídia tradicional, na publicidade, na histó-

ria, a não ser como serviçais ou de forma hiperssexualizada. Representatividade, portanto, vai além do poder político e tem relação com uma construção simbólica de imaginário, de reconhecimento e de identidade.

Trata-se da tônica da entrada de grupos historicamente subalternizados em espaços antes impensáveis, como a política, a mídia, a cultura e a moda.

Em relação à institucionalidade, não reconhecemos e não nos reconhecemos em uma política feita quase que exclusivamente por homens, brancos, héteros, cisgêneros e, também por isso, arcaica, distante da maioria da população, sob suspeita, excludente e desigual. As mulheres negras, apesar dos avanços em função das políticas afirmativas e de transferência de renda dos últimos anos, estão entre os grupos mais vulnerabilizados. São elas as principais vítimas da violência machista, o maior contingente de mulheres presas (68%, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça) e, certamente, serão elas as mais atingidas pelo golpe que vem desmontando os incipientes avanços democráticos do Estado brasileiro.

Enquanto o homicídio de mulheres brancas caiu no Brasil, o de mulheres negras cresceu 54,2% em uma década, nos disse o Mapa da Violência 2015. São nossos filhos, sobrinhos e companheiros que estão entre os 63 jovens negros assassinados por dia no país. Apenas nós, portanto, sentimos na alma o que é lidar com os desafios e carregar as dores de ser uma mulher negra no Brasil e, por isso, somos nós que temos a possibilidade de trazer a perspectiva dessas experiências para o debate das políticas públicas.

É urgente que as negras ocupem os espaços de poder para que as nossas lutas sejam contempladas, para existir de-

mocracia e justiça social.

O resultado das eleições municipais de 2016 mostraram que ainda existe um abismo de representatividade entre a população e os parlamentos. Dados levantados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostram que as mulheres estão apenas em 9,2% das vagas de vereança nas capitais brasileiras, sendo que as mulheres negras são apenas uma em cada 25 vereadores eleitos nessas cidades. Apenas 32 mulheres negras foram eleitas vereadoras no país, uma confirmação da interdição do acesso ao poder político institucionalizado. Essas foram as primeiras eleições no âmbito das cidades em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluiu a autodeclaração de cor como um dos itens do cadastro das candidatas e dos candidatos, prática iniciada nas eleições de 2014.

Ainda que o caminho seja longo, as conquistas precisam ser celebradas. Em um contexto de extrema exclusão, tivemos 32 grandes vitórias. Entre as vereadoras eleitas estão Marielle Franco, do PSOL, a quinta mais bem votada do Rio de Janeiro, Talíria Petrone, também do PSOL, a campeã de votos em Niterói (RJ), cidade onde Verônica Lima, do PT, se reelegeu, e Thainara Faria, também do PT, eleita em Araraquara (SP).

Entre elas, estou eu, a vereadora mais bem votada de Belo Horizonte considerando-se os três últimos pleitos. Todas ativistas de importantes lutas sociais, que chegam para ocupar a institucionalidade em um momento de avanço do conservadorismo sobre os direitos, de acentuação das políticas de extermínio e de urgente fortalecimento da resistência popular.

Estamos chegando: com a força da ancestralidade, da resistência e do desejo de (re)existir.

MULHERES NA AMÉRICA LATINA: ALGUNS APONTAMENTOS...



Viviana Abud é subcoordenadora de mulheres da FSM da América Latina e Caribe, secretária geral do SITECO (Chile).

Apesar de quase todos os Estados da América Latina serem considerados países de renda média, seguem existindo altos níveis de desigualdade e exclusão social, especialmente entre as mulheres, as populações indígenas/negra e a juventude.

A situação das mulheres na América Latina atravessa um complexo cenário de avanços e retrocessos em que se aprecia uma discriminação constante e obstáculos que limitam a autonomia econômica, política e física das mulheres.

Nos últimos anos, podemos encontrar em nossa região uma série de problemas comuns. Como a implementação de políticas neoliberais, a descrença nas instituições políticas, a percepção dos limites da democracia, a pobreza de amplos núcleos populacionais e, principalmente, a desigualdade e a falta de coesão social.

No âmbito da igualdade de gênero, pensada como indicador de quão democrático é um sistema político, ainda que a situação das mulheres tenha avançado lentamente nas últimas décadas, observamos que persistem desigualdades e discriminações. A existência de uma cultura machista e patriarcal, a persistente divisão do trabalho segundo o sistema sexo-gênero ou a influência da Igreja Católica, tem evidenciado que apesar dos avanços a situação não é simples.

Junto a isso, o desemprego, a precariedade no trabalho, a escassez de recursos econômicos, mostra como aspectos estruturais são obstáculos para avançar a redução das desigualdades. Na América Latina a condição das mulheres não pode ser entendida sem considerar a estrutura social e a falta de coesão social nas estruturas de governo que, em linhas gerais, podemos caracterizar como débeis. Apesar disso, se observam importantes avanços, especialmente com a Conferência de Beijing, 1995, momento crucial a partir do qual se impulsionaram ações promovidas por coletivos de mulheres.

Saúde – No âmbito da saúde, as mulheres da América Latina seguem falecendo por causas que são evitáveis. A mortalidade materna, devido a complicações na gravidez e no parto segue sendo um dos problemas mais dramáticos e, por sua vez, mais evitáveis da região. A falta de cobertura para realizar o pré-natal e a falta de atenção médica no parto aumenta consideravelmente o risco de morte de mulheres, principalmente, aquelas que vivem em zonas pobres e isoladas. Ainda que a atenção ao parto tenha aumentado e muitos países cobrem cerca de 100% dos partos (Cuba, Chile, Argentina, entre outros), em países como a Nicarágua, Perú, Honduras ou Haití estão em torno de apenas 50% de cobertura (ONU, 2007). Neste sentido, a mortalidade materna é mais grave em zonas mais remotas e com menos serviços, como as zonas rurais, especialmente, nas

áreas com populações indígenas.

Trabalho – No âmbito laboral, o destino considerado “natural” das mulheres tem sido o trabalho não remunerado de cuidados, incluindo o trabalho doméstico. Por se tratar de funções não remuneradas, supõem uma sobrecarga de trabalho, a famosa dupla jornada, não reconhecida e nem valorizada. Desta maneira, a pobreza em lares com mulheres chefe de famílias se faz persistente, mesmo com o aumento da participação da mulher no âmbito laboral. Entretanto, essa maior participação no emprego não supõe uma igualdade econômica em relação aos homens. Neste sentido, podemos dizer que a divisão sexual é uma característica econômico-cultural, reflexo e consequência da subordinação e invisibilidade da mulher na sociedade (ONU, 2007).

Os aspectos mais destacados para observar a discriminação de gênero no mundo do trabalho são:

- Baixa remuneração
- Trabalho informal e precarizado
- Trabalho de baixa produtividade
- Maior desemprego
- Uso do tempo desigual, principalmente, aquele dedicado às tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho, com papéis sociais diferenciados pelo sexo, mantém as mulheres no espaço do emprego informal e da baixa produtividade. Esta construção social cultural implica que as mulheres executem tarefas sem visibilidade, nem reconhecimento, entre as quais está a “obrigatoriedade” do trabalho doméstico. A isso, devemos agregar o fato da jornada de trabalho remunerada das mulheres ser inferior à remuneração dos homens, devido, principalmente, ao tempo que demandam as responsabilidades familiares, ao fato de não se medir as horas de trabalho doméstico e de invisibilizar a dupla jornada de trabalho.

Sindical – A taxa de sindicalização na região é baixa, principalmente entre as mulheres trabalhadoras, devido aos pontos levantados anteriormente. Ao ser trabalhadora, mãe e/ou “dona de casa”, o trabalho sindical termina sendo pouco atrativo para as mulheres, pois não há políticas nem do Estado, nem dos próprios sindicatos, para que possamos estar em todas as frentes de luta sem termos uma sobrecarga de trabalho, a isso se somam trabalho precarizado. Assim, sindicalização acaba sendo até um risco de perder a fonte de renda, devido a “demonização” dos sindicatos e à opressão dos patrões.

Política – A necessidade de impulsionar ações afirmativas e leis de cotas no âmbito político se faz necessária na busca da paridade e, também, no fortalecimento de processos que objetivam a legitimidade das instituições políticas. A atualidade está marcada pelo surgimento de lideranças femininas e por um comportamento eleitoral crescente e autônomo que pode implicar mudanças nas políticas públicas a partir de e para mulheres. (CEPAL, 2007a).

De forma geral, a posição das mulheres nos gabinetes é muito volátil, pois depende da decisão governamental. Apesar de ter aumentado o número de candidaturas presidenciais de mulheres e o número de cargos ministeriais ocupados por mulheres (cerca de 15%), o processo tem sido lento.

Violência – A América Latina é a região onde acontecem mais assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres: 14 dos 25 países do mundo com as mais elevadas taxas de feminicídio estão aqui. Cerca de 60 mil mulheres são assassinadas por ano na América Latina.

Ainda que exista avanços legislativos e estruturais favoráveis à defesa

dos direitos de meninas, jovens e mulheres no mundo, os Estados de nossa região continuam com uma dívida frente à violência contra mulheres e ao feminicídio.

Algumas considerações...

Devemos encontrar formas organizativas que facilitem a unidade e a luta contra o machismo e sua exploração, o que não é fácil, devido à educação (no sentido mais amplo do termo), que historicamente segue um modelo patriarcal e capitalista, onde um de seus maiores representantes é a igreja conservadora.

É preciso pensar em departamentos ou comissões que trabalhem o tema, mas sempre dentro da organização (sindicatos, coletivos feministas, entre outros...), funcionando de maneira imbrica-

da, não formando movimentos isolados. As organizações precisam buscar uma tática para avançar nesta estratégia de integrar as mulheres trabalhadoras, para que se sintam parte da classe trabalhadora para estar em conjunto na luta contra a opressão e exploração de nossa classe na América Latina.

A opressão da mulher traz dificuldades para que nós trabalhadoras sejamos parte dirigente da luta contra o capitalismo, mesmo que sejamos metade da classe trabalhadora mundial. Isto debilita a luta de classes em seu conjunto. Então, é necessário enfrentar a opressão da mulher, pois ela ataca a unidade da classe trabalhadora. Mas não alcançaremos a total libertação da mulher se não ganharmos para esta tarefa o setor mais explorado e oprimido da classe: a mulher trabalhadora!



Foto: Alexandre Maciel



Foto: Google Imagens

O ATAQUE ÀS LEIS TRABALHISTAS É UM ATAQUE ÀS MULHERES!

A chamada reforma trabalhista que já foi aprovada é um retrocesso para toda população trabalhadora do Brasil, mas atinge principalmente e de forma mais violenta as mulheres.

Neste sentido, é importante atentarmos para algumas das piores mudanças das leis trabalhistas, que impactam diretamente na vida das mulheres, para continuarmos em luta por nossos direitos e contra o governo ilegítimo de Temer e seus aliados.

O que eles chamam de reforma, nós chamamos de ataque, pois...

1. Terceirizações foram liberadas, até para atividade fim! Antes da lei 13.429 (março de 2017), as terceirizações só eram permitidas para atividades que não fossem

consideradas um fim da empresa. Agora, uma empresa pode terceirizar até a atividade fim. Sabemos que é a população mais vulnerável - economicamente e socialmente - que está sujeita às terceirizações, por representar parte do trabalho mais precarizado. Então, são as mulheres negras e pobres as primeiras a serem atacadas.

Segundo dados do Dieese, as mulheres terceirizadas recebem salários muito baixos (27% mais baixos se comparados aos homens), enquanto homens recebem salários intermediários. Outra questão é a falta de instabilidade provocada pela terceirização. Em 2014, a cada 100 terceirizadas(os), 80 tiveram contrato rompido, enquanto no trabalho com vínculo, o rompimento foi de 40 trabalhadoras(es) a cada 100. Os dados indicam que com a terceirização, a precarização

e a instabilidade da população negra e das mulheres só vai crescer. Estamos caminhando na contramão do combate à sociedade patriarcal e racista.

Os especialistas do governo argumentam, em relação aos salários, a seguinte cláusula: “Havendo condições diferenciadas de trabalho entre funcionários homens e mulheres que ocupam a mesma função, a empresa também poderá ser condenada no pagamento da diferença salarial”. Primeiro, a equiparação salarial entre homens e mulheres é, há anos, uma das lutas das feministas; segundo, quem fará esta fiscalização? Burlar o sistema é muito fácil, especialmente, com este governo ilegítimo que ninguém confia!

2. A reforma traz a flexibilização das leis trabalhistas. A lei colocou em vigor uma modalidade de contrato chamada intermitente, que nada mais é do que o fim da jornada fixa de trabalho. Para piorar, o pagamento será realizado ao fim de cada período de prestação de serviços e de acordo com o tempo trabalhado. É a precarização e a instabilidade total! Fim do vínculo empregatício, fim do salário mensal, somado ao fim da jornada máxima de trabalho semanal.

As mulheres que já acumulam múltiplas jornadas de trabalho: fora de casa, trabalho doméstico e de cuidados – que ainda não é remunerado e nem valorizado enquanto trabalho. Serão colocadas num patamar de completo retrocesso.

O trabalho doméstico, somado ao trabalho fora de casa, é dos fatores que nos mantém excluídas dos espaços de decisão política e nos coloca no lugar de exploração-dominância realizada tanto pelos patrões, quanto por homens em geral. Com o fim das leis trabalhistas regredimos ainda mais, o espaço que nos mantém fora da vida política de nosso país, está sendo reforçado e consolidado.

3. A reforma permitirá o trabalho insalubre para gestantes! Como o ataque às leis trabalhistas não foi realizado por comple-

to, precisamos ficar atentas à medida que, até agora, conseguimos barrar, mas que não saiu da pauta da direita golpista: a insalubridade para gestantes. Isso expressa que o principal objetivo é retirar tudo aquilo que “encarece” a produção, garantindo aos donos do capital um lucro maior do que já possuem. Assim, as leis relativas às condições decentes de saúde e segurança no trabalho estão sendo retiradas.

As mulheres só conseguirão ser afastadas dos espaços de trabalho considerados insalubres com laudo médico. Esta medida responsabiliza mulheres por qualquer problema com a criança e/ou com o emprego (ou a perda dele), além de individualizar a negociação trabalhista – já tão fragilizada com a reforma. Sabemos quão importantes são as negociações coletivas, pois elas fortalecem trabalhadoras(es). É evidente que este desmonte terá como consequência direta um prejuízo ainda maior para as mulheres.

Esta política de retrocessos é muito bem elaborada, ao mesmo tempo em que favorece as grandes empresas que já são muito ricas, nos joga no lugar do privado, da exploração, da violência, do sexismo, da dominação. Mas nós continuamos e continuaremos lutando por nossos direitos e pela transformação radical da sociedade!



Pedro Ribas/ ANP

NÃO DÁ PARA AGUENTAR TANTO RETROCESSO



*Maria Amélia
de Almeida Teles
(Amelinha Teles)*

A situação política do Brasil caminha a passos largos para um retrocesso tão absurdo, com supressão de direitos, desrespeito às poucas decisões institucionais de cunho democrático e ameaças constantes de medidas arbitrárias e restrições de direitos, o que coloca na população um certo desânimo, perplexidade e indignação. Em diversos outros países, como os Estados Unidos, o conservadorismo e as forças reacionárias se impõem de modo a ameaçar não só a segurança internamente também a paz no mundo, impedindo relações minimamente democráticas inclusive com os países vizinhos, como o México.

A parte mais prejudicada, sem dúvida nenhuma, somos nós as mulheres, o setor mais atingido pelo sequestro de direitos fundamentais, pela ameaça e insegurança às nossas famílias, às crianças e as demais pessoas que as integram, a vizinhança e toda comunidade. As perdas são muitas: menos direitos trabalhistas, menos direitos previdenciários, com os cortes dos gastos públicos na saúde, na educação e com uma recessão sem freios, com desemprego em massa, nós mulheres ainda enfrentamos os ataques dos conservadores fundamentalistas. Eles querem impor o controle sobre nossos corpos, nossa sexualidade, nossos desejos, nossas necessidades e nossa vontade. Querem proibir o exercício livre dos direitos sexuais e reprodutivos. Querem usar os nossos corpos como palco e

território da guerra ideológica que travam contra qualquer avanço democrático. São exemplos: a negação do direito de interromper a gravidez indesejada, o não reconhecimento de casamento de pessoas do mesmo sexo, o não reconhecer famílias não heterossexuais, o não reconhecer a discriminação sexual e étnico-racial como uma questão política central, o não admitir uma educação democrática sob uma perspectiva de equidade de gênero e chegar a proibi-la no sistema educacional.

Fecharam os espaços de estado responsáveis por políticas públicas para as mulheres, que poderiam criar condições para reduzir as desigualdades entre os sexos. Seus ataques são políticos, ideológicos e econômicos e vem das diversas instâncias do estado (executivo, legislativo e judiciário) que colocam diariamente medidas drásticas de redução de investimentos em equipamentos e políticas que possam dar suporte para as mulheres, seja em situação de violência de gênero e/ou étnico-racial, seja no atendimento à saúde e, em especial, nas questões relativas à saúde reprodutiva, seja na segurança pública, dentro e fora dos espaços domésticos, seja nas políticas habitacionais, seja nos espaços educacionais, seja no mercado de trabalho, seja no tratamento da mídia, seja na educação e cuidados com as crianças pequenas. Há uma ausência histórica de creches e, por incrível que possa parecer a USP - Universidade de São

Paulo – considerada uma das maiores da América Latina, começa o ano de 2017, fechando as creches que funcionam em seu campus, abandonando sem atendimento nenhum, crianças, filhas de funcionárias, professoras e estudantes. Para agravar ainda mais o quadro, o surto do vírus Zika traz graves consequências para a saúde em geral e, em particular pode resultar em má formação fetal, o que aumenta a insegurança e os problemas relativos à saúde das mulheres em idade fértil, principalmente às grávidas. Ressurge a epidemia da febre amarela em diversos estados brasileiros, o que demonstra o descuido de políticas públicas sanitárias de prevenção e de cuidados. Junto a tudo isso, a realidade brasileira estrutura-se, historicamente, e se mantém com o racismo, a violência de estado, a misoginia e a antilaicidade, o que, neste caso, significa na prática que o Brasil não admite a liberdade de ter ou não religião. A violência dentro de casa, a violência nas ruas e a violência no sistema penitenciário são resultados históricos de estruturas autoritárias e impregnadas de ideias atrasadas, conservadoras que não admitem qualquer mudança progressista por mínima que seja no sentido de respeito aos direitos humanos.

O enfrentamento dessa realidade tem sido a principal questão colocada pelo movimento feminista autônomo de mulheres, movida pela percepção de que a gravidade da situação política exige de

todas nós, ações articuladas, unificadas, capazes de somar amplas forças para construção de alternativas que realmente tragam mudanças substanciais de igualdade social e econômica. Recuperar os direitos adquiridos, os espaços conquistados e dar um basta a um governo de homens brancos, fundamentalistas, envolvidos em corrupção e políticas escusas e promíscuas, é uma necessidade que se faz no momento. Temos que transformar essa realidade em relações humanas, igualitárias e horizontais de modo que toda a população, com destaque para os segmentos mais marginalizados, possa contribuir com a construção de uma sociedade justa e solidária.

Infelizmente, mesmo setores do campo da esquerda e democrático não têm percebido que os ataques às mulheres têm como alvo principal impedir a ação da sua força e do seu potencial, tão importantes e significativos para romper com as barreiras colocadas pelos golpistas e construir mudanças.

Nós protestamos, não podemos aceitar tantos retrocessos. Recuperemos os ideais das manifestações do dia internacional das mulheres, o 8 de março. Sairemos às ruas, e assim criaremos condições para uma parada geral, no 8 de março, para uma demonstração de nosso repúdio aos retrocessos no Brasil e em diversas partes do mundo. Chega de sequestro de direitos!

Foto: Alexandre Maciel





Foto: Nelson Ezídio

PODER X MULHER



Mari Lucia Zonta
Analista Tributária e participante da organização da Intersindical em MG.

Preconceito contra mulheres. Tratar do tema não me agrada. Porque estou cansada. Esse é trabalho para as meninas. Não apenas porque é extenuante e um pouco doído tratar disso, mas porque o machismo tem nuances próprias de cada época e ninguém melhor do que a geração do tempo presente para reconhecê-las e escolher as armas adequadas para enfrentá-las.

Não que o preconceito contra mulheres aplaque sua fúria contra as mais velhas. Ao contrário, quando despe o manto do desejo, o machismo veste o da crueldade. Sem máscaras.

Acontece que o tema nos foi pautado quando da divulgação de evento realizado pelo Observatório do Analista, em julho de 2016, em belo Horizonte, para tratar de questões que nada tinham a ver com a discriminação contra as mulheres. O tema do

evento era o Estado Brasileiro, organização tributária, economia política e a Receita Federal.

Assim que apresentamos a programação com a composição das mesas, Juliana Baruzo, da Intersindical - que participou e apoiou o evento - constatou que entre os 23 convidados havia apenas 2 mulheres entre palestrantes e debatedores.

Autocrítica aceita, já que participei da organização, fui pesquisar mulheres dentro das mesmas áreas dos convidados homens. O resultado foi desolador. No jornalismo político e econômico, por exemplo, pouquíssimas. Nas centrais sindicais, sindicatos e federações, raras. Na cúpula da Receita Federal, um pouco pior. Cito como exemplo a Receita Federal em Minas Gerais. Dos 18 cargos de comando do estado (Delegados, Inspetores e Superintendente) ape-

nas 1 mulher em 2016. Hoje, em 2017, não há nenhuma.

Na abertura do evento, perguntamos ao Superintendente de Minas, Hermano Lemos, sua opinião sobre o quadro. Disse que os chefes de unidades são escolhidos a partir de banco de gestores, onde os candidatos aos cargos se inscrevem livremente. E que são raras as mulheres inscritas.

A questão, portanto, parece ser outra. Por que fogem do poder as mulheres? Ou seria o contrário...

A justificativa de outro administrador da Receita presente no evento, de que há, por outro lado, muitas mulheres como adjuntas dos titulares, afasta dois argumentos tentadores.

1. Falta de capacidade delas para os cargos de comando. Fosse o caso, por que são convidadas e nomeadas pelos titulares para suas adjuntas (como partícipes das mesmas atividades e decisões)?

2. Elas não tem interesse ou vontade. E mesmo assim aceitam ser adjuntas? O que justificaria o “sacrifício” de aceitar, já que não são obrigadas a isso e o cargo de adjunto não é remunerado?

Outro exemplo emblemático é o das próprias Centrais Sindicais. Todos os postos de comando nacionais - de presidente ou secretário geral - são ocupados por homens. Já na base, onde se dá a construção efetiva junto aos trabalhadores, estão muitas mulheres. Novamente, tomamos Minas como referência. À frente da CTB, da CUT estão mulheres. No grupo de construção da Intersindical, a maioria são mulheres.

Para o caso das Centrais cabem as mesmas considerações feitas a propósito dos cargos de adjuntas ocupados por mulheres na Receita Federal. Elas fogem mesmo do poder?

A resposta só avança se entrarmos no difícil campo das sutilezas, do não dito, do preconceito apenas sentido, mas impossível de ser traduzido racionalmente. E da impotência que isso causa. Porque “existe um sentir que é entre o sentir - nos interstícios da matéria primordial”. Diferente do preconceito que se vale da violência física, que deixa atrás de si evidentes olhos roxos,

braços quebrados, corpos no chão, a modalidade sutil se faz apenas sentir, a violência, não menos doída, é em outro lugar. Não quebra a espinha dorsal, mas quebra a coluna de sustentação da nossa humanidade, da nossa dignidade e, sim, da nossa vontade de poder.

No caso da vontade de poder, de mando, a sutileza do machismo se expõe. Basta notar que a um homem ambicioso, que galga postos de poder e mando, atribui-se certa aura de Odisseu, destemido. Mas vá Penélope se atrever a desejar poder ao invés de esperar pacientemente a volta de Odisseu e tecer sua colcha e chorar em silêncio.

O fato evidente, matemático, é que as mulheres ainda estão longe do poder, das linhas decisórias. As poucas que se atrevem a navegar os mares da política, da cúpula das grandes corporações, do comando sindical, dos lugares de poder enfim, sabem das barreiras intransponíveis com que se deparam. Barreiras tantas vezes invisíveis para um olhar de fora, o que é desesperador. Sabem elas onde “está a linha de mistério e fogo que é a respiração do mundo” e que não podem ultrapassar. Não porque não desejam, mas porque lhes é sutilmente proibido.

Há muito que avançar, portanto. Olho com esperança para uma parcela das meninas desta geração. E com desespero para outra parcela. Nessa disputa de Titânides* torço para que muitas Julianas apareçam, sempre atentas, militantes, provocando reflexão, alimentando nossa fé na humanidade.

A elas, lembro que ainda falta aos embates das mulheres uma questão essencial, e poucas vezes posta: quais as consequências, para a humanidade toda, desse longo silêncio das mulheres entre as vozes com poder para decidir o nosso futuro?

“E a respiração contínua do mundo é aquilo que ouvimos e chamamos de silêncio.” 🐞

(*) *Titânides*. Na *Mitologia Grega*, são filhas de Gaita e Urano, as 6 irmãs dos Titãs. Teia, Reia, Têmis, Mnemosine, Febe e Tétis

As citações entre aspas são de Clarice Lispector em “A paixão segundo G.H”



desmonte da Previdência
Violência contra Mulheres
à Criminalização do Aborto

ESCRIBE COMO QUIERAS,
USA LOS RÍTMOS QUE TE SALGAN,
PRUEBA INSTRUMENTOS DIVERSOS,
DESTRUYE LA METRICA,
GRITA EN VEZ DE CANTO,
SOPLA LA GUITARRA Y TAÑE LA CORNETA.

LA CANCIÓN ES UN PÁJARO
SIN PLAN DE VUELO, QUE JAMÁS
VOLARÁ EN LÍNEA RECTA.

ODIA LAS MATEMÁTICAS
Y AMA LOS REMOLINOS

Violeta Parra

COMO PAJARO EN JAULA
ME TIENE ESTA ESCUELA

